

O Atlas mundial: da regulação à ação

A edição gratuita: cada grande regime de governança de IA no mundo, verificado, em um único mapa

Por Mathieu K. Gouanou, AI GOVERNANCE CHAIN™

Abreviações e acrônimos

Nenhum conhecimento prévio é pressuposto. Cada acrônimo utilizado neste documento é explicado abaixo.

Termo	Significado
IA	inteligência artificial.
Regulamento europeu de IA	o regulamento da União Europeia sobre inteligência artificial, Regulamento (UE) 2024/1689.
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados, a lei brasileira de proteção de dados, lei 13.709/2018.
ISO/IEC 42001	a norma de sistema de gestão de IA publicada pela Organização Internacional de Normalização e pela Comissão Eletrotécnica Internacional em dezembro de 2023.
NIST AI RMF	o marco de gestão de riscos de inteligência artificial do National Institute of Standards and Technology dos Estados Unidos.
OCDE	a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
UNESCO	a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
ASEAN	a Associação de Nações do Sudeste Asiático.
UA	a União Africana.
EAU	os Emirados Árabes Unidos.
PDPC	a Personal Data Protection Commission de Singapura.
METI	o Ministério da Economia, Comércio e Indústria do Japão.
SDAIA	a Autoridade Saudita de Dados e Inteligência Artificial.
TRAIGA	a Texas Responsible Artificial Intelligence Governance Act, a lei do Texas sobre a governança responsável da inteligência artificial.
BIPA	a Biometric Information Privacy Act, a lei de Illinois sobre a privacidade das informações biométricas.
SB / HB	Senate Bill / House Bill, um projeto de lei do Senado ou da Câmara de um estado dos Estados Unidos, seguido de seu número.

Por que este atlas existe

A maioria dos guias de governança de inteligência artificial é escrita como se cada organização respondesse a Bruxelas ou a Washington. Não é o caso. Suas obrigações podem estar escritas em Brasília, em Lima, em Nairóbi, em Singapura, em Seul ou em Abu Dhabi, e elas evoluem rápido. Este atlas coloca cada grande regime em um único mapa, para que uma organização, onde quer que esteja, de uma equipe de três pessoas a um ministério nacional, possa ver o que se aplica a ela e o que fazer primeiro.

Como ler este atlas

Cada entrada nomeia o instrumento, seu status jurídico com a data de verificação, o que ele exige de você e a primeira ação a tomar. Três disciplinas governam cada entrada. Primeiro, cada status está verificado no segundo trimestre de 2026, e a regulação evolui, razão pela qual o atlas é atualizado a cada trimestre. Segundo, este atlas é um guia de governança, não aconselhamento jurídico em nenhuma jurisdição. Terceiro, quando um regime é um projeto de lei ou uma estratégia nacional e não uma lei vinculante, a entrada o diz com clareza.

Europa: o regime para o qual o mundo converge

O Regulamento europeu de IA, Regulamento (UE) 2024/1689: Status: em vigor, com obrigações que se aplicam progressivamente em datas publicadas (verificado T2 2026). O primeiro marco integral do mundo, baseado em níveis de risco: práticas proibidas e o dever de alfabetização em IA aplicam desde fevereiro de 2025, com multas de até 35 milhões de euros ou 7 por cento do faturamento anual mundial para as violações mais graves. Primeira ação: classifique cada sistema com o cartão de decisão de níveis de risco e o formulário de casos de uso.

Estados Unidos: o nível federal

O NIST AI RMF e o panorama federal: Status: o NIST AI RMF é um marco federal voluntário e não há lei federal abrangente sobre a IA em vigor; uma moratória federal proposta sobre as leis estaduais de IA foi retirada do projeto de lei orçamentária de 2025 por uma votação do Senado de 99 a 1, de modo que o mosaico de leis estaduais apresentado a seguir permanece (verificado T2 2026). Primeira ação: construir a AI Governance Crosswalk Matrix em torno das quatro funções do NIST, Governar, Mapear, Medir, Gerenciar, de modo que cada controle documentado uma única vez seja reutilizável em cada um dos regimes estaduais a seguir.

Estados Unidos: o nível dos estados

Na ausência de uma lei federal abrangente, o direito vinculante da IA nos Estados Unidos é escrito nas capitais dos estados. As entradas a seguir são os regimes com sanções e datas. A maioria retoma a lógica dos demais: uma organização que atende ao Colorado no mérito está em grande parte preparada para os outros.

Colorado, a lei de IA do Colorado, SB 24-205: Status: aprovada em maio de 2024, com entrada em vigor em 30 de junho de 2026 depois que o legislativo moveu a data em uma sessão extraordinária de 2025; a

primeira lei estadual abrangente sobre a IA (verificado T2 2026). Ela impõe aos desenvolvedores e aos implantadores de sistemas de IA de alto risco, na contratação, no crédito, nos seguros, na moradia e em decisões consequentes semelhantes, uma diligência razoável contra a discriminação algorítmica, com avaliações de impacto e avisos aos consumidores. Primeira ação: executar o Algorithmic Impact Assessment Builder sobre cada sistema de decisão consequente e, em seguida, emitir os avisos aos consumidores com o construtor de menções de transparência.

Texas, TRAIGA, House Bill 149: Status: em vigor desde 1º de janeiro de 2026 (verificado T2 2026). Uma lei de práticas proibidas que cobre a implantação pública e privada, com um ambiente regulatório de testes, e aplicada pelo procurador-geral do estado. Primeira ação: o Prohibited-Practices Register, que passa cada sistema implantado pelo filtro das categorias de uso proibidas pela lei.

Illinois, BIPA e House Bill 3773: Status: ambas em vigor; a BIPA desde 2008, com um direito de ação privado que produziu alguns dos maiores acordos em matéria de privacidade nos Estados Unidos, e a HB 3773, que altera a Illinois Human Rights Act para enquadrar a IA nas decisões de emprego, desde 1º de janeiro de 2026 (verificado T2 2026). Primeira ação: o Biometric Consent Tracker sobre todo sistema que toque dados biométricos e, em seguida, documentar as decisões de emprego com o guia de decisão da supervisão humana.

Nova York, Local Law 144: Status: em vigor e aplicada desde julho de 2023 (verificado T2 2026). Ela impõe uma auditoria de viés anual independente e um aviso aos candidatos para as ferramentas automatizadas de decisão de emprego utilizadas com candidatos da cidade de Nova York. Primeira ação: o Annual Bias Audit Playbook, que planeja a auditoria independente e contém os modelos de aviso aos candidatos.

Califórnia, o bloco de transparência: Status: aplicação progressiva; a lei de transparência da IA, SB 942, aplica-se desde 1º de janeiro de 2026, as regras do regulador de privacidade sobre as tecnologias de decisão automatizada foram finalizadas em 2025, e a SB 53 enquadra os desenvolvedores de modelos de fronteira (verificado T2 2026). Primeira ação: o AI Content Labeling Kit para as obrigações de procedência da SB 942 e, em seguida, o filtro rápido de riscos diante das regras sobre a decisão automatizada.

Utah, a lei de política de IA, SB 149: Status: em vigor desde maio de 2024, a primeira lei estadual sobre a divulgação da IA generativa (verificado T2 2026). Ela impõe uma divulgação clara quando os consumidores interagem com uma IA generativa, com obrigações reforçadas nas profissões regulamentadas. Primeira ação: executar o formulário de casos de uso para recensear cada sistema conversacional voltado aos consumidores, com indicadores de obrigações reforçadas para as profissões regulamentadas.

O padrão a reter: essas leis convergem para as quatro mesmas exigências que o restante deste mapa, a classificação dos riscos, a supervisão humana, a transparência e a responsabilidade documentada. Governe uma única vez segundo o núcleo convergente, e cada nova lei estadual se torna uma localização nas margens, não um novo programa.

América Latina e Brasil

Brasil, projeto de lei PL 2338/2023: Status: aprovado pelo Senado Federal em dezembro de 2024 e atualmente na Câmara dos Deputados; em progressão, ainda não é lei (verificado T2 2026).

Deliberadamente modelado sobre a lógica de níveis de risco do Regulamento europeu de IA. Primeira ação: preparar-se hoje com a lógica europeia é preparar-se para a lei brasileira de amanhã.

Brasil, a LGPD, lei 13.709/2018: Status: em vigor (verificado T2 2026). A lei brasileira de proteção de dados já governa a decisão automatizada, incluindo o direito de revisão do seu artigo 20. Primeira ação: o registro de casos de uso e o guia de supervisão humana respondem às suas exigências centrais.

Peru, lei 31814 de 2023: Status: em vigor, a primeira lei nacional de IA na América Latina (verificado T2 2026). Uma lei de promoção com princípios de governança. Primeira ação: os princípios de IA responsável e o painel de maturidade cobrem sua abordagem.

Chile, Colômbia e México: Status: estratégias nacionais e projetos de lei em curso, a maioria seguindo o modelo baseado em risco (verificado T2 2026). Primeira ação: governar hoje contra a lógica de níveis de risco prepara para os três.

África

A estratégia continental da UA sobre IA: Status: adotada em julho de 2024, o marco de referência para os 55 Estados membros (verificado T2 2026). Primeira ação: é uma estratégia, não uma lei; o diagnóstico de prontidão e o mapa da jornada são o ponto de entrada correto.

Nigéria, Quênia e Ruanda: Status: a estratégia nacional de IA da Nigéria (2024), a estratégia nacional de IA do Quênia 2025 a 2030 e a política nacional de IA de Ruanda (2023), uma das mais precoces do continente (verificado T2 2026). Todas são estratégias, não estatutos. Primeira ação: governe antes de escalar; a transição da estratégia para a implementação é exatamente o momento que estes instrumentos servem.

Ásia-Pacífico

Singapura: Status: o Model AI Governance Framework da PDPC, sua edição de IA generativa (2024) e o AI Verify, o primeiro conjunto de ferramentas de teste de IA apoiado por um governo no mundo (verificado T2 2026). Voluntário e prático. Primeira ação: a autoavaliação de prontidão reflete seu espírito operacional.

Coreia do Sul, a lei básica de IA: Status: adotada em dezembro de 2024 e em vigor desde janeiro de 2026, a segunda lei integral de IA do mundo (verificado T2 2026). Primeira ação: classifique seus sistemas e documente a supervisão humana; a lógica europeia serve de modelo.

Japão: Status: uma abordagem de direito brando através das diretrizes METI de IA para empresas, ao lado de uma lei de promoção de IA de toque leve de 2025 (verificado T2 2026). Primeira ação: os princípios de IA responsável e o registro de decisões cobrem o essencial.

China: Status: regras vinculantes em vigor, incluindo as medidas provisórias para IA generativa (2023) e as regulações de recomendação algorítmica e de síntese profunda (verificado T2 2026). Primeira ação: a transparência e a rastreabilidade das decisões são as exigências centrais.

ASEAN: Status: o guia sobre governança e ética de IA (2024) que cobre o bloco, incluindo a Tailândia e as Filipinas (verificado T2 2026). Primeira ação: o painel de maturidade situa sua organização na sua escala.

Austrália: Status: a norma voluntária de segurança de IA, com salvaguardas obrigatórias propostas para contextos de alto risco (verificado T2 2026). Primeira ação: o filtro rápido de riscos identifica seus sistemas

de alto risco.

Orientes Médio

Os EAU: Status: a estratégia nacional de IA 2031 e o primeiro ministro de Estado para IA do mundo; guiado pela estratégia, com compras públicas exigentes (verificado T2 2026). Primeira ação: o pacote para conselhos fala o idioma dessa ambição.

Arábia Saudita: Status: os princípios de ética de IA da SDAIA; orientação de uma autoridade nacional (verificado T2 2026). Primeira ação: a autoavaliação ética mapeia diretamente seus princípios.

O tecido conectivo mundial

Os princípios da OCDE sobre IA: atualizados em 2024, o ponto de referência que a maioria das estratégias nacionais cita (verificado T2 2026).

A recomendação da UNESCO sobre a ética da IA: adotada em 2021 por mais de 190 países, e o instrumento que os governos africanos e latino-americanos mais citam (verificado T2 2026).

A Convenção-quadro do Conselho da Europa sobre IA: aberta em 2024, o primeiro tratado internacional vinculante sobre IA (verificado T2 2026).

ISO/IEC 42001 e o NIST AI RMF: a norma de gestão certificável (dezembro de 2023) e o método de quatro funções (Governar, Mapear, Medir, Gerenciar). Nenhum é lei; juntos, são como se prova a governança diante de qualquer regulador.

Estes cinco instrumentos formam a espinha dorsal da correspondência. Governe uma vez contra eles, e a maior parte do mapa fica respondida.

O padrão que este mapa revela

Lidos em conjunto, os regimes convergem para quatro exigências: a classificação baseada em risco, a supervisão humana, a transparência sobre a máquina e a prova por meio de registros. Satisfaça as quatro uma única vez, e você poderá responder a quase qualquer regulador deste mapa.

Onde termina a edição gratuita

Esta edição gratuita dá a você o QUÊ e o POR QUÊ: cada grande regime, seu status verificado e a primeira ação. O Atlas mundial completo: da regulação à ação mapeia cada regime, obrigação por obrigação, para o instrumento exato e a evidência AI GOVERNANCE CHAIN™ que você arquiva, e é mantido atualizado pelo serviço trimestral de atualização regulatória. Ele também alimenta o CHAINGUIDE™, o motor da discordância. Para adquiri-lo, escreva para contact@aigovernancechain.com.

AI GOVERNANCE CHAIN™

Marco de governança de IA centrada no ser humano

© 2026 Mathieu K. Gouanou. Todos os direitos reservados.

Membro do Conselho Consultivo de Harvard Business Review.

Padrão documental: uma governança de IA centrada no ser humano.